

GT 16 – Educação, Cultura e Sociedade

“ESCOLAS DE TRADIÇÃO E QUALIDADE”: a participação da Igreja Católica no desenvolvimento do sistema educacional piauiense

Samara Mendes Araújo Silva

Doutoranda em Educação Brasileira na FACED da UFC, Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Secretaria do Estado da Educação e Cultura (SEDUC). Bolsista da FAPEPI. E-mail: samara.mendes@ig.com.br

Márcio Iglésias Araújo Silva

Mestrando em Geografia da UECE, Professor da Secretaria do Estado da Educação e Cultura (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina. E-mail: marcio.iglesias@hotmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo consciência de todos os elementos que se coadunam e corroboram para a formação do sistema educacional piauiense, propomos uma reflexão na qual se estabelece as interfaces e pontos de inflexão entre a participação da Igreja Católica e o desenvolvimento da Educação formal no Piauí, através da qual possamos (re)conhecer e compreender no percurso sócio-histórico-cultural os elementos que possibilitaram a (re)configuração do espaço social piauiense e neste a ampliação e diversificação dos papéis sociais atribuídos, assumidos e desempenhados pelos diferentes sujeitos sociais, especialmente, as mulheres no decorrer do século XX. Empreendemos tal intento, a partir da análise histórica da implantação e atuação social das Instituições Escolares Confessionais Católicas na sociedade piauiense, buscando identificar neste processo o que favoreceu a estas escolas adquirirem, neste espaço temporal de um século de existência em nosso Estado, o qualitativo social de “escolas de tradição e qualidade”.

Fundamentamos a presente reflexão na análise de fontes bibliográficas e documentais que contemplam a estruturação e funcionamento do sistema educacional piauiense e a atuação da Igreja Católica no Piauí, a qual nos forneceu embasamento para afirmarmos que a consolidação do sistema educacional piauiense que se processou ao longo do último século, em grande parte, deve-se a ação, sistematizada e/ou isolada, de pessoas ligadas diretamente à instituição eclesiástica católica. Neste cenário educacional, merecem destaque os Colégios das Irmãs (Teresina e Parnaíba) por serem as Escolas, dentre as demais Confessionais, que efetivamente mantiveram-se em funcionamento ininterrupto e sob a direção da mesma Congregação Religiosa – Irmãs Catarinas de Sena – durante toda a sua existência, além de ter tido papel e participação preponderante e decisiva no redimensionamento dos espaços e papéis sociais no Piauí,

porque possibilitou às mulheres que lá estudaram e, mesmo as que não fizeram parte de seu alunado foram inspiradas, a buscar e obter uma inserção social diferenciada daquela que predominava no mundo Ocidental, apresentando alternativas às atuações e papéis sociais femininos tradicionais de esposa e mãe.

2. A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO EDUCACIONAL PIAUIENSE

Efetivamente, é, a partir da primeira década do século XX, que as ações educacionais no Piauí tomam corpo e se consolidam, com a estruturação das redes de ensino público e privado; a primeira marcada pela ação do Governo do Estado e, a segunda empreendida sob a iniciativa da Igreja Católica, ou, então, pela iniciativa de grupos de intelectuais liberais, mas ambas comprometidas e corroborando com o projeto modernizadorⁱ da sociedade piauiense pensado e proposto ao Estado pelas elitesⁱⁱ piauienses. Tomando esta configuração social como ponto de partida para a análise histórica do processo educacional piauiense, e, entendendo que, o desenvolvimento da educação não acontece de modo descolado e alheio ao desenvolvimento da sociedade na qual esta se insere, a análise e compreensão do problema educacional, interpretando o pensamento de Lopes (2002), são, antes de tudo, a análise e a compreensão do compromisso político-cultural assumido por meio da educação, a qual, segundo a conformação da sociedade piauiense, representava o compromisso assumido pelas elites locais para com o desenvolvimento do Estado e o modelo/arquétipo de sociedade que estes grupos desejavam forjar por meio da educação das novas gerações. Assim, no decorrer do século XX, a educação piauiense encontra-se vinculada ao processo de desenvolvimento, consolidação e/ou enfraquecimento dos diferentes grupos sociais e políticos que compunham nossa sociedade.

Podemos afirmar que o momento histórico no qual se constituiu e se organizou a base da rede educacional formal no Piauí coincide com o momento político de instalação e consolidação do regime republicano no País e, por conta disto, a educação piauiense foi fortemente marcada pela disputa entre os dois projetos estruturantes de sociedade que naquele momento se digladiavam em busca do controle formal e ideológico da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do sistema educacional; estes elementos eram ao mesmo tempo contraditórios e complementares, quais sejam: o pensamento liberal-burguês e o pensamento católico.

O primeiro, o pensamento liberal-burguês, fundamentado na defesa de uma sociedade laica e distanciado das influências do cristianismo católico, além de reforçador da crença fundante de que a educação era portadora de qualidades transformadoras e redentoras da sociedade e, por conseguinte, a sua difusão teria a capacidade de transformar a realidade brasileira, e, conseqüentemente, a piauiense, por meio da geração de suportes para o desenvolvimento nacional e a superação da sociedade e economia agrárias as quais foram os sustentáculos do país e do Piauí até o início daquele século. Enquanto o pensamento católico orientava-se no sentido de buscar resgatar, ampliar e/ou resguardar os espaços de influência e controle social da Igreja Católica, os quais foram reduzidos/fragilizados com o fim do Padroado Realⁱⁱⁱ, então, delimitou como seu novo campo de atuação – a educação das novas gerações de católicos desde a mais tenra idade – através do qual visualizava a retomada da capacidade de nortear o comportamento e a moral social brasileira, por meio da defesa do modelo tradicional de família cristã, o qual delimitava, de forma categórica, os espaços sociais de atuação de homens e mulheres.

Este embate pelo controle de espaços sociais se refletiu na estruturação de nosso sistema de ensino, que comportou de um lado a iniciativa da Igreja Católica de fundar escolas masculinas e femininas nas principais cidades do País e de outro a iniciativa do Governo do Estado e Governo Federal que conduzidos/norteados pelos princípios e por intelectuais liberais deram início ao projeto audacioso de dotar com escolas primárias (escolas de primeiras letras) todas as cidades do País.

Então, o século XX representa para a Educação piauiense o

incremento no número de escolas e no de alunos matriculados e mesmo mudanças qualitativas face à formação das ‘normalistas’ isto a partir de 1912, [embora] esse crescimento não acompanha de nenhum modo as necessidades do Estado nem o crescimento da população escolarizável. Dessa forma, o Piauí continuou como um dos Estados da Federação em que o número de analfabetos guardava maior proporção em relação à população total. (QUEIROZ, 1988, p. 05)

A despeito da manutenção dos quadros de analfabetismo, o sistema escolar piauiense, seja público ou privado, ou, ainda, seja resultante da associação destes anteriores, conseguiu se estabelecer e fortalecer, assegurando a durabilidade da maioria das instituições de ensino instaladas no Estado e ampliação do número de alunos matriculados e que conseguem concluir os estudos da Educação Básica e ingressar nos Cursos Superiores. O sistema escolar piauiense, que chega ao fim do século XX, oferta o ensino formal em todos os níveis, por meio dos sistemas de ensino públicos (federal,

estadual, municipais) e privado. Em face disto, o último século desponta como um período de ampliação das oportunidades educacionais para os piauienses, por conta da consolidação e ampliação de seus sistemas de ensino, e, conseqüentemente, da ampliação das oportunidades de acesso à rede escolar e, também, crescendo os números de matrículas em todos os níveis para ambos os sexos.

Contudo quando analisamos com mais atenção o desenvolvimento do sistema de educacional piauiense, observamos que, ainda em inícios daquele século, uma prática comum no Piauí era os “professores ambulantes eram contratados para ministrarem aulas nas próprias casas dos proprietários rurais ou em outros locais adaptados, embora sem as condições para funcionamento de uma escola.” (BRITO, 1996, p. 24), mas estas “escolas”, em geral, funcionavam precariamente e temporariamente. Então, em virtude desta situação, era comum em diversas regiões do Piauí, segundo Queiroz (1988) os sacerdotes católicos ministrarem aulas particulares aos seus paroquianos.

Ante a constatação deste fato, podemos afirmar que mesmo, sem possuir um plano/projeto educacional específico para o Piauí formulado pelas estruturas hierárquicas eclesiais católicas, mesmo sem a Igreja Católica emanar orientações tácitas a serem seguidas pelos empreendimentos educacionais confessionais no Piauí, estes, seguem, indiretamente, os princípios da Educação Católica, pois, segundo Brito (1996), a educação praticada em nosso território fundamenta-se nos planos jesuíticos de educação.

Com o início da República, o Piauí (como o restante dos Estados brasileiros) buscava estruturar-se enquanto unidade federada e autônoma. Assim, o período que se iniciou em 1900 foi tomado pela elite político-intelectual e social como sendo o “renascimento”, ou mesmo, um novo “nascimento” de nosso Estado onde se tinha a oportunidade de elevar a região, através de iniciativas arrojadas e empreendedoras – incluía-se nestas iniciativas a oferta de educação formal a homens e, também, as mulheres, antes inseridas precariamente no processo educativo – como instrumento e caminho para a instalação definitiva do progresso em nossas terras.

Seguindo este “projeto” de Piauí forjado pela elite político-econômica teresinense e parnaibana, a Educação passou a figurar como a grande redentora de nossas mazelas e atrasos sociais e econômicos. Mas esta mesma elite discordava quanto ao modelo educacional a ser adotado em nossas Cidades-símbolo de desenvolvimento: Teresina e Parnaíba (espelho para o restante do Estado), se o confessional – tradicionalmente ligado a Igreja Católica – se o laico – defendido pelos intelectuais

ligados a Maçonaria e aos ideais iluministas. Tal disputa tem suas raízes ainda no século XIX, mas acirrou-se intensamente nas primeiras décadas do século XX, no Piauí, esta disputa e tomou maior vulto com a criação da Diocese^{iv} e a chegada do primeiro bispo D. Joaquim Antonio de Almeida^v.

No transcurso do primeiro ano de sua gestão instalou o Seminário e o Colégio Diocesano, em Teresina, destinados à educação de rapazes, e, solicitou o auxílio^{vi} da Congregação Italiana das Irmãs Pobres de Catarina de Sena para a abertura de escolas destinadas a educação das mulheres piauienses, sendo prontamente atendido.

Em outubro de 1906 foi aberto o Colégio Sagrado Coração de Jesus em Teresina, e em junho de 1907 foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora das Graças em Parnaíba. Estas escolas, embora, se destinassem a atender as jovens pertencentes a famílias detentoras de alto poder aquisitivo, pois havia a cobrança de anuidade aos alunos que variavam de acordo com o Curso ou aulas escolhidas para freqüentarem. Também, “dedicavam-se não só as filhas dos mais abastados, mas também aquelas mais pobres que se achegavam a elas” (HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, s/d, p. 1), para tanto ambos os Colégios das Irmãs mantinham escolas gratuitas, anexas às escolas principais. Em Teresina foi instalada a Escola Santa Inês, no mesmo prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus, a distinção entre as alunas era feita através do uniforme escolar que era diferenciado. Em Parnaíba foi instalada a Escola São José no prédio do Colégio Nossa Senhora das Graças, a distinção entre as gratuitas e as pagantes era feita através das salas de aulas, havia salas distintas para cada categoria de aluna. Enquanto que no Seminário e no Colégio Diocesano ocorria a matrícula gratuita de certo número de alunos.

A criação das instituições escolares católicas piauienses, no século XX, insere-se dentro do contexto geral de expansão das atividades educacionais da Igreja Católica em território brasileiro. O processo de constituição da Educação Católica em território piauiense, com a implantação dos Colégios Confessionais femininos e masculinos, não é resultado dos esforços isolados deste ou daquele grupo ligado à Igreja Católica, mas sim a consolidação das ações da Igreja que visavam minimizar a influência social e cultural – além de política – dos pensadores e intelectuais maçônicos e protestantes. Estas ações ganharam mais impulso com o Bispo D. Joaquim Antonio de Almeida e que concentrou e organizou ações que visavam combater efetivamente os opositores da Igreja Católica.

O empreendimento de D. Joaquim para a instalação das Escolas Confessionais Católicas orientadas e vinculadas direta e efetivamente a Igreja, também, integra uma estratégia pensada visando minimizar a influência dos protestantes batistas instalados no sul do Piauí (região de Corrente e Parnaguá) e evitar a sua expansão. Já que em 1904, os batistas, empreendendo uma ação missionária dirigida por norte-americanos fundam o Instituto Batista Industrial, que, posteriormente, se tornou o Instituto Batista Correntino (IBC)^{vii} e que tinha a missão de educar os filhos das famílias piauienses e difundir a prática do protestantismo e sua orientação religiosa através daqueles que freqüentavam a instituição escolar.

Sendo assim, no contexto das disputas político-religiosas entre Igreja e Maçonaria, e, entre a Igreja Católica e as Igrejas Protestantes, a iniciativa de D. Joaquim com a fundação de colégios católicos^{viii} consolidava o cumprimento de suas funções episcopais – reforçar a presença mais contundente da Igreja Católica no seio da sociedade piauiense – que buscava formar desde cedo o pensamento e o comportamento dos fiéis, pois os momentos de formação moral-religiosa dos fiéis não seriam mais restrito às missas e celebrações, confissões ou preparações para o recebimento dos sacramentos, os fiéis – com a instalação dos colégios – disporiam agora de instituições confiáveis para educar seus filhos e filhas. Assim,

para a Igreja, a instrução religiosa visava à formação das gerações nascentes, dentro do ideal católico. Era pela educação católica que a sociedade seria salva do abismo dos equívocos modernos, pois a formação religiosa era a única capaz de combater tais erros e guiar as futuras gerações no caminho do bem, da moral e dos bons costumes cristãos. Ressaltava-se a necessidade de combater uma educação sem Deus. “A religião deve ser a base da educação, presidindo-a para cessar de ser uma educação falsa e manca”. O pai de família não deveria entregar a formação de seus filhos a educadores ímpios, que os afastariam da religião, aprendendo considerá-la com indiferença. A instrução sem religião estaria fadada à falsidade, seria desastrosa, sem moral, uma vez que a base de toda a educação deveria ser buscada na religião católica. A educação sem Deus estaria minada de preconceitos funestos, depravados, de hábitos venenosos. Era preciso formar a criança com base na Religião. [...] Somente a educação religiosa seria capaz de regular e limitar as ambições, dominar as paixões nocivas e fortificar a vontade na prática do bem. (PINHEIRO, 2001, p. 64-66)

Os Colégios Confessionais Católicos assumiram tamanha notoriedade no seio da sociedade piauiense, tanto que a presença de seus alunos era fato garantido nas manifestações culturais, comemorações cívicas, etc. Esta representatividade dos Colégios das Irmãs como sendo instituições importantes, social e culturalmente, para a comunidade piauiense pode ser mensurada pelo fato de que no ano de 1933, quando da visita oficial do presidente Getúlio Vargas à Teresina, na programação foi incluída a ida

do presidente ao Colégio das Irmãs para conhecer as instalações do Colégio e verificar a qualidade do ensino fornecido às jovens piauienses. A presença do presidente numa escola confessional reiterava a máxima da educação católica de formar bons cristãos e bons cidadãos, ou seja, estas instituições de ensino eram parceiras de primeira linha na formação dos laços de patriotismo e civismo que uniria o cidadão a seu país.

As intervenções realizadas pela Igreja na área educacional, e, a utilização deste como espaço de consolidação de influência sobre sociedade, pois as escolas confessionais bem mais que ensinamentos técnico-científicos formam/moldam o caráter e a moral de seus discentes seguindo as preceituações religiosas cristãs. Pois para a Igreja, o processo de educação é uma continuidade do processo de evangelização, ou seja, educar continua sendo um dos veículos alternativos para a preservação da fé cristã e da posição da Igreja enquanto instituição norteadora das práticas cristãs no Brasil.

3. AS ESCOLAS CONFSSIONAIS CATÓLICAS NO PIAUÍ

O estudo das instituições escolares confessionais a partir de uma perspectiva analítica e mais abrangente, a qual busca inserir a instituição de ensino confessional no contexto sócio-político e econômico em que esta se constituiu e onde engendrou permanências e, por vezes, transformações, amplia o nosso entendimento dos processos e relações sociais e culturais que se forjaram em nosso Estado no decorrer do século XX. Corrobora com este nosso entendimento Magalhães (2004) que afirma que ao estudarmos as instituições de ensino devemos inseri-las no quadro mais amplo do sistema educacional, e, também, no contexto e nas circunstâncias históricas nas quais se inscrevem suas ações não só pedagógicas, mas, também, sociais, políticas e culturais. Posto que, “esquadrinhando os dispositivos escolares de transmissão de saberes e de moldagem de afetos e das inteligências” (CAMARGO, 2000, p. 09) dos quais estas instituições foram cenário social e, ao mesmo tempo, atores sociais, nos permite compreender as motivações e posturas da sociedade piauiense em relação às Instituições Escolares Confessionais a qual reserva e expressa reverência, exaltação, distinção social aos egressos destes Colégios, reservando-lhes “honrarias sociais” e reconhecimento profissional, além de “permitir” a estes egressos divulgar, introjetar, reproduzir e reforçar socialmente os valores, opiniões, posturas e crenças aprendidas e apreendidas nos tempos e nos espaços dos Colégios.

A fundação e a manutenção dos Colégios Confessionais, no cenário espacial e social piauiense, em meados do século XX, se fez por meio da ação direta da Diocese

com auxílio de várias Congregações Religiosas, principalmente, da Congregação da Companhia de Jesus (Jesuítas), da Congregação Franciscana dos Capuchinhos (Capuchinhos) e a da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena (Catarinas). De acordo com as orientações organizacionais cada uma destas Congregações se dedicou à educação de uma clientela diferente, aos Jesuítas e Capuchinhos coube a responsabilidade de educar a parcela masculina da elite piauiense, enquanto a parcela feminina da elite local era educada nos Colégios das Irmãs Catarinas.

Considerando a atuação na área educacional confessional, dentre as Congregações Religiosas que se instalaram no Piauí, merece maior destaque a das Irmãs Catarinas de Sena que mantiveram e expandiram sua ação ininterruptamente desde a fundação da primeira escola, em 1906, inicialmente dedicando-se apenas à educação feminina e após 1973 passando a atender a mulheres e homens. Porém, por conta das especificidades e do longo e tortuoso processo de escolarização feminina brasileira e piauiense, nos deteremos na análise da primeira fase de atuação dos Colégios das Irmãs.

Observando o estabelecimento e a consolidação da escolarização feminina, percebemos que a Igreja Católica, apoiada pelo Estado e por meio de suas Congregações Religiosas, é a instituição mais presente, e, é, principalmente, a partir do ensino ofertado nos Colégios Confessionais Católicos que as mulheres têm oportunidade não somente a ampliação dos anos de estudo, e, concomitantemente, a capacidade e possibilidade de alteração de seus projetos de vida.

Contudo, um olhar de relance sobre os empreendimentos educacionais confessionais, poderia nos levar a afirmar que estes investimentos são resultantes da inovação e visão de futuro das instituições religiosas e de seu comprometimento com o processo de alteração do cenário social brasileiro em fins do século XIX e inícios do XX que já não mais tolerava a exclusão das mulheres do ensino. Mas ao procedermos uma observação mais acurada e dando atenção aos embates e disputas sociais que se travavam nos diferentes e fragmentários cenários sociais do século passado, notamos que, embora atingir estas mudanças tenham sido as intenções de alguns membros da Igreja, não foi fator determinante para que a instituição mais antiga do mundo Ocidental investisse na educação feminina. E, sim, porque tal ação da Igreja visava tornar mais aceitável as idéias reformistas e a preservação dos espaços político-religiosos daquela instituição, através da ação feminina, então, educar as mulheres brasileiras conforme os preceitos do catolicismo emanados do Concílio de Trento significava constituir

defensoras da sociedade tradicional cristã-católica e difusoras dos preceitos e comportamentos defendidos pela Igreja.

Esta perspicácia por parte de Igreja em perceber, antecedendo-se ao Estado e mesmo aos defensores do liberalismo e republicanismo, a importância da educação feminina para a manutenção da ordem social nacional, se explica pelo fato de

No Império, a Igreja Católica havia sido severamente combatida pelos anticlericalistas e liberais que a viam como uma ameaça às idéias republicanas. Ao se consolidar, a República se acomodou ao novo regime político, reagindo contra a invasão protestante nos campos religioso, político e educacional e começou a implantar um trabalho pastoral marcante, demonstrando uma extraordinária resistência à secularização, com a criação de dioceses, novas ordens religiosas, internatos para filhas das oligarquias e colégios católicos para os meninos e desenvolvendo obras de caridade. Isso permitiu seu retorno ao cenário cultural do país recuperando uma posição que, na verdade, nunca havia sido seriamente ameaçada de extinção, dado que o regime propunha um certo artificialismo na desvinculação da igreja do Estado, que nunca esteve de acordo com a opinião do povo brasileiro. (ALMEIDA, 2007, p.46 - 47)

E, também, porque em fins do século XIX e inícios do XX, as ações da Igreja Católica no Brasil se institucionalizam, ou seja, passam a seguir as ordenações gerais emanadas de Roma, isto é, implanta-se o processo de “romanização” da Igreja no país, o que se reflete na adoção de posturas e desenvolvimento de ações coordenadas e conjuntas originárias da Santa Sé, seja por meio dos escritos e revisões das orientações decorrentes do Concílio de Trento, seja por conta de documentos e resoluções locais e pontuais provenientes dos Bispados e Dioceses nacionais que se alinhavam às determinações romanas. As ações eclesiais no campo educacional em nosso país são um exemplo claro deste processo de reordenamento institucional, pois, até então, eram empreendidas em razão da vontade e iniciativas individuais dos clérigos e, agora, passavam a ser regidas e pautadas a partir de preceitos gestados e emanados nas esferas hierárquicas da Igreja e faziam parte do movimento empreendido pelo Pontificado Romano no intuito de (re) consolidação do prestígio e poder católicos no cenário mundial e nacional.

4. OS COLÉGIOS DAS IRMÃS: “escolas de tradição e qualidade” no Piauí

O florescimento das Escolas Católicas no Brasil tem relação direta com o processo de Romanização da Igreja Católica em nosso país, o qual elege a ação educacional como prioritária, com o intuito de retomar os espaços de atuação e controle sociais minados e/ou esmaecidos durante os anos do Império. Tanto que

nos primeiros tempos do Império, devido à tradição anticlerical e regalista do período, o ensino católico para moças era inexistente, havendo, quando muito, escolas particulares dirigidas por estrangeiros. Na transição Império-República, a educação pública se debruçou sobre a necessidade de alfabetização para o operário e o imigrante que atuavam nas esferas de produção. Havia uma intencionalidade de se proporcionar uma educação científica às elites que iriam dirigir o país que se formava iluminado pelas idéias liberais e democráticas. [...] Alguns setores acreditavam na emancipação cultural da mulher pela via da instrução, embora fossem raras as boas escolas femininas.

Nas décadas seguintes, tendo se fortalecido o regime republicano, para instruir as jovens, a educação escolar passou a contar com a colaboração de freiras católicas, estrangeiras e brasileiras, que se incumbiam do ensino das meninas nos orfanatos e colégios em regime de internato e externato mantidos pela Igreja Católica. A oligarquia paulista conservadora tinha uma certa predileção por esses colégios; para lá mandavam suas filhas onde a educação se erigia sobre os valores cristãos tradicionais, na moralidade elevada, na religiosidade extremada, na submissão feminina o modelo patriarcal da sociedade e, por isso, antifeminista, visando principalmente à manutenção da ordem social. (ALMEIDA, 2007, p. 29)

Embora Almeida (2007) no trecho acima se refira ao cenário educacional paulista, tal afirmativa analítica pode ser atribuída a qualquer outra unidade da federação brasileira quando se trata de educação católica. Assim sendo, o Piauí não foge a esta lógica, portanto as escolas confessionais católicas conseguem estabelecer e manter ao longo do último século um lugar social de destaque para si e para seus egressos. O que lhes credenciam como espaços de formação privilegiados, respeitados, referenciados e aspirados, sejam pelos estudantes que ambicionam ingressar nestas como discentes, seja pelos docentes que aspiram integrar o quadro de docentes destas instituições, seja pelos egressos que utilizam as instituições como referenciadoras de suas ações e sucessos, seja pelas outras instituições escolares que as tomam como modelo a seguir e perseguem o padrão de excelência/qualidade próximo ao destas, seja as famílias e comunidade em geral que reconhecem aquelas como instituições de qualidade inigualável, etc.

Em território piauiense, a educação confessional feminina ficou sob a responsabilidade dos Colégios das Irmãs que funcionaram, inicialmente, tendo as religiosas italianas como professoras, centrando-se num primeiro momento na “formação religiosa das alunas e ao ensino de trabalhos manuais, música, pintura e rudimentos de línguas estrangeiras (italiano e francês)” (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, EVOLUINDO, REFORMANDO-SE E REAFIRMANDO-SE, 1973, p. 1), uma vez que as irmãs falavam italiano e compreendiam pouco o português.

O processo de constituição e consolidação dos Colégios como espaços educacionais que possibilitam a ampliação dos anos de estudos das mulheres piauienses,

em termos educacionais, se principia na segunda metade da década de 1920 com a contratação de professores de Língua Portuguesa e, em 1930, com a ampliação dos níveis dos cursos ofertados e com a formação e manutenção de quadro de profissionais com alto índice de qualificação acadêmico-profissional e baixa rotatividade. As escolas confessionais católicas femininas piauienses foram, paulatinamente, agregando valores pedagógicos e melhorando a qualidade do ensino oferecido a suas alunas, os Colégios das Irmãs constituíram-se, para a sociedade do Piauí, instituições de ensino de referência, para alcançar este respaldo social os Colégios foram “evoluindo, reformando-se e reafirmando-se” conforme as exigências e influências recebidas e emanadas da configuração social brasileira e piauiense.

A oferta destes cursos que possibilitam às mulheres que freqüentavam aqueles Colégios extrapolarem o nível do Ensino Primário em que apenas aprendiam a rudimentos de leitura e escrita, cálculos aritméticos e as prendas domésticas, provoca a intensificação do número de matrículas nestes Colégios. Além de despertar nestas mulheres anseios antes, praticamente, impossíveis de realizar como, por exemplo, ingressar no Ensino Superior, pois para tanto teriam de sair o Estado, despesa alta demais para a maioria das famílias piauienses e investimento considerado inútil por outras. Contudo, é preciso demarcar que nesta ampliação dos cursos oferecidos pelos Colégios das Irmãs, não é uma iniciativa e ação gratuita das direções destes estabelecimentos de ensino e sim, a resposta destes à uma demanda da sociedade no qual se encontram. Então, temos os Colégios atendendo a uma aspiração presente, e latente, da sociedade piauiense que passa a requisitar progressivamente a ampliação da escolarização feminina em virtude: da ampliação do sistema público de ensino que carecia de um número maior de professoras primárias – uma vez que as formadas pelas Escolas Normais não eram suficientes – para atuar nas escolas construídas principalmente no interior do Estado; da ampliação progressiva da máquina pública que requisita um número maior de funcionários para cargos administrativos e portadores de Ensino Secundário; do aquecimento e ampliação do setor comercial e exportador no Norte do Estado fazendo surgir à carência de contabilistas (guarda-livros); do desejo das famílias em oferecer às suas filhas uma educação mais esmerada, etc.

As conseqüências imediatas desta oferta de outros cursos além do Primário, faz com que as primeiras mulheres piauienses que ingressaram no Ensino Superior, seja no Piauí (nas Faculdades então existentes Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina) ou em outros Estados (tais como Rio de Janeiro, São

Paulo, Minas Gerais, Ceará) foram, com raras exceções, alunas dos Colégios das Irmãs. Desta forma, percebemos que a possibilidade de continuidade dos estudos oferecida pelos Colégios favoreceu as mulheres piauienses a desvendar outras oportunidades de ocupação que não se limitavam ao espaço doméstico e aos papéis de esposa e mãe. Ainda que os Colégios fundamentem sua pedagogia nos princípios e preceitos do Catolicismo e que enfatizem as características de amabilidade, maternalidade, patriotismo e civismo em suas alunas, os anos passados e os ensinamentos/conhecimentos recebidos naquele espaço social provocaram transformações nas alunas, transformações estas se fizeram visíveis nos demais espaços sociais do Piauí. Lembremos, ainda, que no Piauí durante toda a primeira metade do século XX, os Colégios das Irmãs são duas das poucas instituições escolares que oferece para as mulheres alternativas de freqüentar um Ensino Secundário que não fosse destinado à formação de professora primária (Curso Normal), ou seja, freqüentar as salas de aula destes estabelecimentos de ensino oportunizava às suas alunas obterem outras formações profissionais e seguirem outras atividades funcionais como, por exemplo, guarda-livros (técnico em contabilidade), musicista, funcionária pública, ou ainda, preparar-se para prestar vestibular e prosseguir nos estudos em nível universitário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, o desenvolvimento do estudo da História da Educação Piauiense se configura em um estudo da História da sociedade piauiense e de suas práticas sociais como um todo que tem como foco e perspectiva de análise o processo educacional que se desenrolou nesta dita sociedade. Fundamentamos a presente reflexão afirmarmos que a consolidação do sistema educacional piauiense que se processou ao longo do último século, em grande parte, deve-se a ação, sistematizada e/ou isolada, de pessoas ligadas diretamente à instituição eclesiástica católica.

Neste cenário educacional, merecem destaque os Colégios das Irmãs (Teresina e Parnaíba) por serem as Escolas por terem tido papel e participação efetiva no redimensionamento dos espaços e papéis sociais no Piauí, porque possibilitou às mulheres que lá estudaram e, mesmo as que não fizeram parte de seu alunado foram inspiradas, a buscar e obter uma inserção social diferenciada daquela que predominava no mundo Ocidental, apresentando alternativas às atuações e papéis sociais femininos tradicionais de esposa e mãe.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo/ Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007.
- ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. IN: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Paulo: EdUFSCar, 1998. p. 24 – 41.
- BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928 – 1958)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Histórico do Colégio Nossa Senhora das Graças**. Parnaíba. s/d. (mimeografado)
- COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Chegada das Irmãs a Teresina (Piauí-Brasil)**. Teresina. s/d. (mimeografado).
- COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: evoluindo, reformando-se e reafirmando-se**. 1973.
- LEAL, João de Deus Pires. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa. IN: **Jornal O PIAUHY**. Ano XXXIX, nº 115. Domingo, 1 de junho de 1930, p. 3.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. IN: HEINZ, Flávio M (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 77-97.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- QUEIROZ, Teresinha. **Notas sobre a Educação no Piauí 1860 a 1930**. São Paulo. 1988. [mimeografado].

ⁱ Para as elites da sociedade piauiense, a modernidade significava a adoção dos padrões comportamentais burgueses (ocorrida em outras regiões do país ainda em fins do século XIX) e a utilização de técnicas de produção mecanizada, além do desligamento das tradições e práticas vinculadas e caracterizadoras dos espaços rurais.

ⁱⁱ O termo elite é empregado aqui seguindo a definição apresentada por Love e Barickman (2006.p, 77-78) que apresenta o termo como sendo equivalente a um “conjunto de posições formais julgadas relevantes para o exercício do poder político e clientelismo, (...) [e a] participação em eventos políticos-chave, os atributos sociais, os vínculos com o exterior, laços com outros estados, as ligações familiares (...)”. Ou seja, significa um grupo de pessoas que detém o poder político e econômico, além de ser referência social e cultural numa determinada região.

ⁱⁱⁱ Segundo a Constituição Imperial Brasileira (1824), a religião oficial do País era o catolicismo e a Igreja se constituía numa espécie de órgão do Estado Imperial e, portanto, estava diretamente subordinada às ordens e ao controle imperial, mas tal condição, também, lhe assegurava alguns privilégios. Com a Proclamação da República, em 1889, o Padroado foi extinto.

^{iv} A campanha pela criação da Diocese do Piauí remota a fins do século XIX, mas esta iniciativa ganha maior impulso a partir de 1897, quando o Pe. Joaquim de Oliveira Lopes (vigário de Pedro II) assume a liderança da campanha e reúne em torno desta não apenas os religiosos piauienses mas também chefes políticos locais. A Diocese do Piauí foi criada a partir do desmembramento da diocese do Maranhão e tendo a cidade de Teresina como sede episcopal e a Igreja Nossa Senhora das Dores como catedral, em 20 de fevereiro de 1901, pelo Papa Leão XIII, através da Bula *Supremum Catholicam Ecclesiam*, mas esta bula só foi publicada em 06 de janeiro de 1903. No entanto o primeiro bispo nomeado para o Piauí, Mons. Antonio Fabrício de Araújo Pereira, não aceita o cargo e consegue a dispensa da Santa Sé, que nomeia outro bispo para o Piauí apenas em 1905 e este chega ao Piauí em 1906.

^v D. Joaquim Antonio de Almeida atuava como clérigo no Rio Grande do Norte, com 37 anos de idade foi nomeado como o primeiro Bispo para a Diocese de Teresina, a designação foi feita pelo Papa Pio IX através da bula *Cunctis ubique pateat* de 14 de dezembro de 1905. Governou a Diocese de 12 de março de 1906 a 02 de novembro de 1910. (BISPOS E ARCEBISPOS DA ARQUIDIOCESE DE TERESINA, 2006, p. 1).

^{vi} O Bispo envia à Madre Geral da Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, Savina Petrilli, no ano de 1906, pedido para fundar um Colégio dedicado à educação da juventude feminina piauiense primeiramente em Teresina, e, em uma segunda solicitação pede a fundação de um Colégio nos mesmos moldes na cidade de Parnaíba.

^{vii} O Instituto Batista Correntino é a primeira instituição educacional evangélica no Piauí. E tal quais os Colégios das Irmãs de Teresina e Parnaíba, funciona ininterruptamente desde a sua fundação.

^{viii} Ainda na gestão de D. Joaquim foi instalado o Colégio Diocesano em Parnaíba que funcionou, nesta primeira fase, por apenas três anos; e engendrado esforços – embora ineficazes - para vinda dos religiosos Salesianos com a finalidade de fundar colégios católicos em São João do Piauí, Parnaíba, Picos e Corrente.